



AO

SENADO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO– 96/2022

Brasília, 22 de setembro de 2022.

JUSTIFICATIVA

Prezado Senhor Pregoeiro

A empresa **Defender Conservação e Limpeza Ltda**, inscrita no CNPJ/MF sob o 09.370.244/0001-30, devidamente qualificada nos autos do Pregão Eletrônico 96/2022 vêm respeitosamente à douta pregoeira prestar os seguintes esclarecimentos:

Quanto aos valores do vale transporte e do Vale Alimentação: Informamos que houve um equívoco na formulação dos valores, **porém já foi devidamente corrigido. Inclusive com a dedução de R\$ 0,30 do valor facial do vale alimentação, conforme previsto em CCT/2022, assim como comprovante do PAT em anexo.**

Ainda em relação ao vale alimentação e vale transporte, foi considerado a média de 21 dias, conforme descrito abaixo:

CÁLCULO DE DIAS ÚTEIS DE SETEMBRO DE 2022 Á AGOSTO DE 2023							
MÊS / ANO	NÚMERO DE DIAS						
	2º à 5ª feira	6ª feira	Sábados	Domingos	Feriados forenses Dias uteis	DIAS ÚTEIS	FARIADOS NACIONAIS
set/22	17	5	4	4	1	21	07 de setembro (independência do Brasil)
out/22	17	4	5	5	1	20	12 de outubro (dia nossa senhora aparecida)
nov/22	18	4	4	4	2	20	02 de novembro (Finados) e 15 de novembro (Proclamação da república)
dez/22	17	5	4	4	1	21	25 de dezembro- Natal
jan/23	18	4	4	5	1	21	01 de janeiro - Ano novo
fev/23	16	4	4	4	2	18	20 e 21/02/2023-carnaval
mar/23	18	5	4	4	0	23	não há feriado
abr/23	16	4	5	5	2	18	07 e 21/04/2023- sexta feira santa e tiradentes
mai/23	19	4	4	4	1	22	01 dia do trabalho
jun/23	17	5	4	4	1	21	08/06- Corpus Christi
jul/23	17	4	5	5	0	21	não há feriado
ago/23	19	4	4	4	0	23	não há feriado
QUANTIDADE DE DIAS ÚTEIS NO ANO						249	
QUANTIDADE MÉDIA DE DIAS ÚTEIS POR MÊS DURANTE OS 12 MESES						20,75	= 20,75 DIAS ÚTEIS POR MÊS



No oportuno ressaltamos, também, que, conforme Acórdão TCU nº 1904/2007- Plenário), a média de dias úteis para contagem de vale transporte e vale alimentação seria de 20,98 dias, sendo:

365 = número de dias do ano
07 = número de dias na semana
05 = número de dias úteis (segunda a sexta)
09 = número de feriados nacionais em dias uteis (média)
12 = número de meses do ano

Cujo cálculo seria = $((365 / 7 \times 5 - 9) / 12 = 20,98$

Não obstante aos cálculos apresentados, para fins dos pagamentos de vale transporte e vale alimentação a empresa deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, devendo complementa-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para atendimento ao objeto da licitação.

OBS: Foi excluído o auxílio funeral com base cláusula décima oitava – paragrafo 5º da CCT, haja vista que, de acordo com a legislação vigente e determinações dos órgãos de controles, os benefícios que oneram única e exclusivamente a administração pública não deverão compor as planilhas de formação de preços.

PIS = 0,02% = RESPOSTA: Os percentuais lançados nas planilhas de custos representam a média de apuração de PIS e COFINS, conforme PLANILHA DE RESUMO DE APURAÇÕES DOS ULTIMOS 12 MESES E EFD CONTRIBUIÇÕES apresentadas junto a proposta. Porém segue novamente memorial de cálculos, conforme solicitado.

Além disso são percentuais COM BASE DE CÁLCULOS já praticados por esta Empresa JUNTO AO SENADO FEDERAL, nos contratos 02/2022 (serviços de continuo e 096/2022 (serviços de recepção), bem como em outras e licitações e contratos, como: Ministério da Justiça- Contrato 041/2020, TRF1ª Região-contrato 22/2022

COFINS = 0,09% = RESPOSTA: Os percentuais lançados nas planilhas de custos representam a média de apuração de PIS e COFINS, conforme PLANILHA DE RESUMO DE APURAÇÕES DOS ULTIMOS 12 MESES E EFD CONTRIBUIÇÕES apresentadas junto a proposta. Porém segue novamente memorial de cálculos, conforme solicitado.

Além disso são percentuais COM BASE DE CÁLCULOS já praticados por esta Empresa JUNTO AO SENADO FEDERAL, nos contratos 02/2022 (serviços de continuo) e 096/2022 (serviços de recepção), bem como em outras e licitações e contratos, como: Ministério da Justiça- Contrato 041/2020, TRF1ª Região-contrato 22/2022 e outros.

EFD CONTRIBUIÇÕES E PLANILHAS DETALHADAS DE PIS E COFINS = Enviadas na proposta inicial e junto com as planilhas ajustadas. Porém segue novamente A PLANILHA DEMONSTRATIVA DAS ALIQUOTAS MÉDIAS.

Quanto a memória de cálculos dos encargos sociais: Segue planilhas em anexo.



Além dos esclarecimentos acima, a empresa atende, inclusive, o estabelecido nos itens 12.1.6. e 12.1.7 “a” e “a.1” do Edital, os quais são de sua inteira responsabilidade.

Senão vejamos:

12.1.6. *Todos os valores constantes da proposta de preços e planilhas anexas deverão ser expressos em algarismo arábico e na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho adotada;*

12.1.7. *Caso venha a ser contratada, a licitante não poderá alegar falta ou omissão de itens nas referidas planilhas, e, às suas expensas, deverá executar todos os serviços e fornecer todos os materiais que se mostrarem posteriormente necessários ao pleno atendimento do objeto contratado, sem que isso implique em custo adicional ao Senado Federal.*

a. *A licitante assume integral responsabilidade acerca das alíquotas e base de cálculo dos tributos e contribuições previdenciárias que compõem a proposta, em especial àqueles influenciados por seu regime de tributação (PIS e COFINS); por incidência de desoneração (INSS e CRPB) e/ou diferenciação de alíquota/base de cálculo em decorrência da atividade desempenhada (ISS).*

a.1. *A aceitação da proposta por parte do Senado Federal não gera para a futura contratada o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro quando a modificação superveniente da alíquota e/ou base de cálculo dos tributos e contribuições previdenciárias for decorrente de ato voluntário da empresa ou em face de erro inescusável quanto à interpretação de seu regime de tributação.*

Assim também dispõe as INs 05/2017 e 07/2018, senão vejamos:

A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao



pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

A planilha de preços deve ser considerada como instrumento acessório na análise da exequibilidade dos preços ofertados em licitações para terceirização. É pacífica a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Decisões nº 577/2001 e nº 111/2002 e nos Acórdãos nº 1.028/2001, nº 963/2004, nº 1.791/2006, todos do Plenário), no sentido de que a planilha de custos e formação de preços possui caráter acessório, subsidiário, **numa licitação em que o critério de avaliação das propostas é o de menor valor global.** A planilha de preços é necessária para análise, pelo Administrador Público, da exequibilidade dos valores cotados nas propostas apresentadas em um certame licitatório, **de forma a avaliar se o valor global ofertado será suficiente para a cobertura de todos os custos da execução contratual.**

Nesse sentido manifestou-se o Tribunal de Contas por intermédio de Acórdãos,

Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário

“(…)

52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro.

(…)

Voto do Ministro Relator

(…)

6. Sobre a desnecessidade de detalhamento dos itens que compõem os encargos sociais e trabalhistas na planilha de preços utilizada como modelo no edital, penso que a presumida omissão não traz problemas para o órgão contratante, pois, segundo explicado pela unidade técnica, o contratado é obrigado a arcar com as consequências das imprecisões na composição dos seus custos.”

Acórdão TCU nº 1.791/2006 – Plenário

“(…)

O TCU, concordando com o entendimento do órgão, destacou que eventual erro na planilha teria de ser assumido pelo licitante. Segue o trecho do relatório da Decisão 577/2001 - Plenário, integralmente acatado no voto, que a representante expôs em suas alegações (fls. 11/13):



‘b) o mecanismo de convalidação previsto no edital é, a nosso ver, admissível. Não há modificação dos valores globais da proposta, sempre respeitados, em qualquer hipótese. Ocorre que esse valor vem acompanhado de sua memória de cálculo, ou seja da planilha demonstrativa dos componentes do custo, entre os quais alguns que decorrem de lei e de acordos coletivos. Evidentemente espera-se não haver diferenças entre a informação posta na planilha e aquela exigida pela lei ou pelo acordo. Mas, e se houver? Só há duas alternativas, cuja validade cabe discutir:

1ª) acata-se a proposta, mas o proponente tem que suportar o ônus do seu erro (que resulta em uma oferta menos competitiva, se o valor informado for maior que o exigido, ou em uma redução da margem de lucro inicialmente esperada, na situação inversa); ou

2ª) desclassifica-se a proposta sumariamente, o que não deixa de ser uma medida drástica, se considerarmos que a licitação não é um fim em si mesma, mas meio para a Administração selecionar a oferta que lhe for mais vantajosa, dentro dos limites de atuação estabelecidos pelo legislador.

Dentre essas alternativas, a (...) optou pela primeira: mantém a proposta, se verificar que, mesmo com a diminuição do lucro, a oferta ainda é exequível. Essa decisão nos parece válida, já que:

1º) o proponente continuará sujeito a cumprir a lei e os acordos firmados; sua declaração contida na planilha não tem a faculdade de afastar a incidência dessas obrigações; 2º) os valores globais propostos não poderão ser modificados; a proposta obriga o proponente, a quem cabe assumir as consequências de seus atos; e 3º) o procedimento previsto não fere a isonomia entre os licitantes (...)" (todos os grifos nossos)

Assim, resta claro que a análise da exequibilidade da proposta, tomando-se como um dos elementos as planilhas de preços, deve ser feita de forma global, considerando, além dos custos obrigatórios, o contexto operacional, econômico e financeiro em que a empresa está inserida, como sua capacidade operacional de execução contratual, análise de contratos firmados com outros órgãos da Administração Pública, dentre outros aspectos.

Partindo desses pressupostos até então descritos, assim também dispõem os arts. 13 e 29- A, §3º, inciso IV, todos da IN nº 02/2008 da SLTI/MP:

**“(...) Art. 13. A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
(...)”**



Art. 29-A A análise da exequibilidade de preços nos serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra do prestador deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final de preço. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 15 de outubro de 2009)

§ 3º É vedado ao órgão ou entidade contratante fazer ingerências na formação de preços privados, por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais.

(...)

Caberá a contratada a obrigação de cumprir integralmente com os requisitos contidos no Projeto Básico do Objeto licitado quanto às características, quantidade e qualidade, inexistindo fundamentação para que possa adentrar às peculiaridades da composição de preço da licitante com o fim e restringir uma maior ou menor lucratividade pela sociedade empresária à ser contratada ou até mesmo a inserção de encargos ou tributos que diz respeito única e exclusivamente à contratada, haja vista que a proposta apresentada vincula tão somente a proponente.

Assim sendo, **reiteramos que a nossa proposta é exequível e que a Defender se responsabiliza pela proposta apresentada, bem como pela execução do Contrato objeto do Edital do Pregão 96/2022, e no seu Termo de Referência.**

Atenciosamente;

DEFENDER CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI
Luiz Carlos da Silva Batista
Representante Legal